

A abertura ao capital externo

2-6 JUN 1987

por José Casado
de São Paulo

O presidente José Sarney mostra-se disposto a realizar uma série de gestos políticos, nos próximos noventa dias, que sinalizem uma efetiva abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro.

O governo projeta fazer isso em três etapas, de forma quase simultânea, conforme apurou este jornal no Palácio do Planalto, em Brasília.

Na dívida externa, programa-se para os próximos vinte dias uma reaproximação com os banqueiros privados externos, depois de um "sinal verde" do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Na expectativa otimista do Planalto, em agosto já existiriam condições para suspensão da moratória dos juros da dívida externa, a partir de um entendimento com os credores privados. E, se isso realmente acontecer, é possível que haja até mesmo um "gesto espetacular" do presidente — informam seus assessores diretos.

Tal gesto seria uma viagem presidencial aos Estados Unidos para uma conversa com os banqueiros. O presidente, segundo seus assessores, estava disposto a anunciar isso duas sema-

nas atrás, durante sua entrevista à imprensa, no contexto de uma resposta a uma pergunta direta sobre a dívida externa e a renegociação com os credores privados. Não fez porque não houve a pergunta.

(O presidente José Sarney confirmou, ontem à noite, à editora Elaine Lerner que poderá negociar, pessoalmente, nos Estados Unidos os patamares políticos da dívida externa brasileira. Além de renegociar com os credores, Sarney conta com a entrada de investimentos estrangeiros para garantir o crescimento econômico do País de cerca de 5% neste ano. "O importante é manter o crescimento econômico", disse.)

Mas ele já teria manifestado seu descontentamento com a moratória dos juros da dívida aos líderes das duas maiores centrais sindicais do País — CUT e CGT —, quando com eles se reuniu, em abril passado. Na ocasião, Sarney mencionou pesquisas do Instituto Gallup que recebera; indicando que apenas 17% da população das principais capitais estava de acordo com a manutenção da moratória.

Dependendo do grau de êxito nas negociações da

dívida — e o governo pensa ter identificado sinais favoráveis do FMI, que desde segunda-feira mantém uma missão técnica em Brasília —, haverá uma aceleração na execução do programa de abertura ao capital externo no setor industrial, cujos estudos se encontram em fase conclusiva, contando com a colaboração do economista Miguel Ethel, indicado pelo secretário particular do presidente, Jorge Murad.

A primeira medida concreta seria a criação de zonas de exportação em Vitória (ES), Fortaleza (CE), Recife (PE) e São Luís (MA), transformando-se, posteriormente, Manaus (AM) de zona importadora em zona de exportação, com amplas facilidades cambiais — de acordo com o que apurou o repórter Sérgio Garschagen, em Brasília.

Ao mesmo tempo, o governo pretende fazer valer seu "cacife" de votos na Constituinte, para evitar a introdução de mecanismos protectionistas na nova Carta. Uma demonstração disso já foi dada quando, através do relator da Comissão de Finanças, deputado José Serra (PMDB-SP), se impediu a inclusão da proibição de captação de recursos no mercado nacional pelos bancos estrangeiros.